

## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA HISTÓRIA RECENTE DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE/AP

Simone Pereira Garcia\*  
Cecília Maria Chaves Brito Bastos\*\*

### Resumo

A pesquisa aborda os problemas atuais enfrentados pelos indígenas do município do Oiapoque, Estado do Amapá, e a política indigenista desenvolvida pelo Estado junto a esses povos. O objetivo é discutir a política indigenista e os problemas que os indígenas vêm enfrentando atualmente a partir das representações construídas por meio de suas associações e demais atores envolvidos na comunidade. O intuito é verificar se os direitos indígenas vêm sendo respeitados e como se dá na prática a transformação da letra da lei em realidade. A pesquisa se insere na História do Tempo Presente, pois permite uma reflexão sobre as modalidades e mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos que conjugam de uma mesma configuração social. O conceito de representação social é um elemento importante para os estudos no campo da história do presente, pois enfoca a capacidade do homem em representar o mundo em que vive. Para obter as representações sociais, tornou-se necessária a utilização da História Oral - que se baseia em fontes orais coletadas em uma situação de entrevista, considerando-se vários atores sociais pesquisados. Como resultados do estudo apresentam-se as representações que as lideranças indígenas e os demais atores não-indígenas vêm construindo sobre os problemas atuais enfrentados na primeira década do século XXI, em diversos campos: saúde, educação, organização representativa, invasão das terras indígenas, apropriação dos conhecimentos tradicionais e da biodiversidade, desenvolvimento de projetos econômicos e de desenvolvimento, tutela entre outros.

**Palavras-chave:** Política indigenista, direitos indígenas, história oral e representações sociais.

### Abstract

The research broaches the current problems faced by indigenous people in the city of Oiapoque, Amapá State, and indian policy developed by the State to these people. The objective is to discuss the Indian policy and the current problems that the indians are facing today from the representation built by the representatives of their associations and other actors involved in the community. The aim is to ensure if indigenous rights are being respected and how the transformation of the law's letter on reality occurs really. The research is part of the history at the present time; because it allows a reflection about modalities and mechanisms of incorporation of social by individuals whom combine the same social setting. The concept of social representation is an important element for studies in the field of history at the present because it focuses on man's ability to represent the world. For the social representations, it became necessary to use of oral history - which is based on oral sources collected by interviews, by considering the various social actors researched. As results of the study are showed the representations that indigenous leaders and other non-indigenous actors have built about the current problems faced in the first decade of XXI century, in various fields: health, education, representative organization, invasion of indigenous' lands, appropriation of traditional knowledge and biodiversity, development projects and economic development, protection and others.

**Keywords:** Indian politics, indigenous rights, oral history and social attitudes.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta os principais problemas enfrentados pelos povos indígenas do Oiapoque – Galibi-Marworno, Galibi do Oiapoque, Karipuna, Palikur - através da representação que as organizações indígenas e não-indígenas têm forjado, apontando muitas

---

\* Professora Pós-Doutora em Linguística, vinculada ao colegiado do curso de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). simpnpgarcia@uol.com.br.

\*\* Professora Mestre em Desenvolvimento Sustentável, vinculada ao Colegiado do Curso de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). ceciliamaria@unifap.br.

vezes para a luta de representações. Aborda, também, como essas organizações se vêem e como percebem os problemas que os povos indígenas do município vêm enfrentando atualmente, bem como as possíveis soluções para eles. Isso tudo para verificar se os direitos indígenas vêm sendo respeitados e como se dá na prática a transformação da letra da lei em realidade.

Os povos indígenas do Oiapoque estão inseridos em uma área de fronteira, a qual está associada a vários projetos de desenvolvimento nacional e regional: construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque (Amapá-Guiana Francesa); a pavimentação da BR 156 e a passagem da Linha de Transmissão da Eletronorte pela terra indígena Uaçá. Esse movimento, historicamente, vem pressionando a área das terras indígenas. É nesse sentido que há necessidade de se discutir os problemas enfrentados pela população indígena do Oiapoque, a partir das representações sociais traçadas pelas suas diversas organizações e a partir da representação engendrada pelo Estado (através de vários órgãos governamentais) e entidades não governamentais.

As questões suscitadas pela pesquisa poderão esclarecer e ampliar a compreensão de como vivem hoje os povos indígenas do Oiapoque, bem como os seus anseios e esperanças em relação ao seu futuro como etnia. Tudo isso sem perder de vista que os povos indígenas, ao adotarem novos costumes, não estão indo em um caminho sem volta em direção a perda definitiva de suas culturas.

O referencial teórico que norteou a pesquisa tem por base a concepção da História do Tempo Presente embasada pela perspectiva metodológica da História Oral. A discussão sobre a História do Tempo Presente se fez baseada principalmente Chartier (1990) e Barros (2004). A História do Tempo Presente “(...) se refere a um recorte contemporâneo em relação ao historiador, mas prescinde de seu envolvimento nos acontecimentos ou na sociedade que está sendo analisada” (BARROS, 2004, p. 146).

Atendendo ao objetivo da pesquisa, a discussão do conceito de representação social é um elemento importante para os estudos no campo da história do presente, pois enfoca a capacidade do homem em representar o mundo em que vive. O conceito foi baseado em autores como Abric (1998) para quem “a identificação da ‘visão de mundo’ que os indivíduos ou os grupos têm e utilizam para agir e para tomar posição, é indispensável para compreender a dinâmica das interações sociais e clarificar os determinantes das práticas sociais” (p. 27).

É possível perceber nas representações sociais a verbalização das concepções que o indivíduo ou o grupo tem do mundo que o cerca. Para trabalhar com as representações sociais, tornou-se necessário a utilização da História Oral que se baseia em fontes orais coletadas em uma situação de entrevista, fundamentado nos estudos de Lang (1996) e Meihy (1996, 1996a). A História Oral registra a experiência vivida ou o depoimento de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade. Na pesquisa optou-se por trabalhar com o que Meihy (1996) denomina de história oral temática e Lang (1996) de depoimento oral.

Por partir de um assunto específico e preestabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistado sobre algum evento definido (MEIHY, 1996, p. 41). A história oral temática admite o uso de um questionário, ou seja, uma lista de perguntas, que é a peça central para obter as informações e os detalhes procurados através da entrevista.

É no indivíduo que historiador que trabalha com História Oral encontra sua fonte de dados, no entanto, ele tem sempre como ponto de referência que esse indivíduo se encontra dentro de uma determinada sociedade e faz parte de um determinado contexto social. Os entrevistados selecionados foram:

- Aqueles que detiveram ou ainda detém a liderança ou chefia de órgãos representativos dos povos indígenas: Cleber dos Santos (etnia karipuna): Presidente da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) até março de 2008, entrevistado no Oiapoque em fevereiro de 2008; Fernando Forte (etnia karipuna): atual Presidente da APIO, entrevistado no Oiapoque em julho de 2008 e outubro de 2008, para complementar algumas informações necessárias para a pesquisa e que não foram levantadas com Cleber dos Santos; Coraci Maciel Gabriel (etnia Galibi Marworno): ex-tesoureiro da Associação Galibi-Marworno (AGM), entrevistado no Oiapoque em fevereiro de 2008, momento no qual a associação estava sem presidente; Yanomami dos Santos Silva (etnia Karipuna): atual diretor da Organização dos Professores Indígenas do Oiapoque (OPIMO), entrevistado no Oiapoque em fevereiro de 2008; Karina dos Santos (etnia Karipuna): ex-diretora da OPIMO, entrevistada em Macapá em maio de 2008.

- Pessoas que estão à frente de órgãos públicos ou organizações não-indígenas que trabalham diretamente com a questão indígena: Estela Maria dos Santos Oliveira (etnia

Karipuna): administradora da FUNAI- Regional do Oiapoque, entrevistada em maio de 2008; Estácio dos Santos (etnia Karipuna): Secretário Municipal de Assuntos Indígenas do Oiapoque, entrevistado no Oiapoque em fevereiro de 2008; Elton Alencar dos Santos (etnia Karipuna): Presidente do Conselho do Hospital de Saúde Indígena do Oiapoque, entrevistado no Oiapoque em fevereiro de 2008; Francisco Simões Paes assessor em antropologia do Museu Kuahí ligado a Secretaria de Estado da Cultura do Amapá, entrevistado no Oiapoque em fevereiro de 2008; Adelmo Moraes de Souza secretário interino da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Estado do Amapá (SEPI), substituindo a secretária Vitória Santos dos Santos (etnia Karipuna) que estava em férias. A entrevista foi realizada em Macapá em junho de 2008; Eclêmilda Maciel Silva (etnia Galibi Marworno): diretora do Núcleo de Educação Indígena (NEI) da Secretaria de Estado da Educação (SEED), realizada em junho de 2008.

Compõem o quadro de entrevistados também o Padre Nello do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e os professores Sandra do Socorro Almeida Monteiro: presidente da Comissão Referente ao Acesso de Indígenas ao Ensino Superior, que coordenou as discussões sobre a criação do referido curso de licenciatura e João Maia Gatinho (etnia Tembé): coordenador do Curso de Licenciatura Escolar Indígena (ambos da Universidade Federal do Amapá, que oferece o Curso de Licenciatura Plena em Educação Escolar Indígena) e alguns alunos indígenas do curso superior.

Após o tratamento das entrevistas, o conteúdo das transcrições foi classificado nos seguintes temas: representação; educação; saúde; religião; demarcação e invasão das terras indígenas; biodiversidade, conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual; desenvolvimento de projetos econômico, tutela; projetos desenvolvimentistas como passagem da Linha de Transmissão da ELETRONORTE e o asfaltamento da BR 156, corredor da Biodiversidade, relação entre as organizações e os órgãos que atuam na questão indígena.

A utilização do método da História oral nos permitiu comparar as representações construídas pelos indígenas e não-indígenas. A partir das representações dos entrevistados foi possível discutir os problemas atuais enfrentados pelos indígenas no município do Oiapoque, Estado do Amapá, e conseqüentemente a política indigenista desenvolvida pelo Estado junto a esses povos.

## **OS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE**

O município do Oiapoque apresenta três áreas indígenas: Terra Indígena Galibi, homologada em novembro de 1982, onde vive a população indígena das etnias Galibi do Oiapoque e também Karipuna; Terra Indígena do Uaçá, homologada em outubro de 1991, habitada pelos Galibi Marworno, Karipuna e Palikur e a Terra Indígena Juminã, homologada em maio de 1992, onde vivem índios das etnias Galibi Marworno e Karipuna.

As terras indígenas do Oiapoque estão justapostas e possuem organização étnica, política e ambiental intimamente atreladas, do ponto de vista atual e histórico. Desta forma, essas terras serão tratadas de forma conjunta, como um complexo único de terras indígenas e não como unidades independentes. Localizadas na porção mais ao norte do Estado do Amapá, as Terras Indígenas Juminã e Galibi fazem fronteira com a Guiana Francesa. A Terra indígena Uaçá faz fronteira em sua porção leste com o Parque Nacional do Cabo Orange, formando um mosaico de áreas protegidas, composto por uma Unidade de Conservação (o Parque Nacional) de uso restrito e três Terras Indígenas.

A área total das Terras Indígenas do Oiapoque é de 518.455 hectares: 470.164 hectares na Terra Indígena Uaçá; 41.601 ha na Terra Indígena Juminã e 6.690 hectares na Terra Indígena Galibi. Conforme a APIO, nessa área há aproximadamente 5.000 índios, distribuídos em 36 aldeias espalhadas pelas três terras indígenas

No conjunto de terras pertencentes aos indígenas do Oiapoque predominam tipos variados de vegetação, floresta de terra firme, várzea, cerrado, mangues e ecossistemas marinhos e de água doce. As terras são cortadas por um grande número de rios (de grande, médio e pequeno porte). A Terra Indígena Juminã localiza-se em uma área de encontro entre as bacias hidrográficas do rio Oiapoque e rio Uaçá, a oeste. Essa região é composta quase que inteiramente por campos alagados salpicados de pequenos lagos intermitentes, possuindo apenas um corpo d'água perene, o Igarapé Juminã, que corre diretamente para o rio Oiapoque.

Os campos alagados destas Terras Indígenas exercem uma importante função hídrica, armazenando a água em períodos de chuva e lentamente a liberando nos períodos de seca. O clima na região é tropical com chuvas do tipo monção. O mês mais chuvoso é maio e o menos chuvoso outubro, quando a precipitação é quase nula. A temperatura média anual é de 25° C, com mínima média de 21,5° C e máxima média de 30,0° C.

Com relação aos povos indígenas do Oiapoque e suas terras Lux Vidal (2007) destaca que:

Estas Terras Indígenas, demarcadas e homologadas, configuram uma grande área contínua, cortada a oeste pela própria BR-156, que liga Macapá e Oiapoque. Os grandes rios Uaçá, Urukauá e Curipi que banham a região tem suas nascentes dentro da área indígena, mas são cortados muito próximo às suas cabeceiras, pela própria BR-156. A leste, em direção ao Rio Cassiporé e o Oceano Atlântico, a paisagem é tipicamente de savana e campos alagados com numerosas ilhas onde se localizam as aldeias, sítios e roças. A oeste prevalece a floresta de terra firme com árvores de grande porte e muitas palmeiras. As montanhas Cajari, Carupina e Tipoca se destacam nessa paisagem plana como marcos inconfundíveis para quem anda na região. Os índios exploram todos esses nichos ecológicos [...] (p. 12-13)

Conforme Gallois e Grupioni (2003) os povos indígenas que vivem hoje no Amapá e norte do Pará, de acordo com os relatos dos viajantes que aqui estiveram a partir do século XVII, compõe um grupo étnico formado a partir de grupos de origens diversas que migraram para essa região em diferentes períodos. No Amapá e especialmente no Oiapoque havia um contato intenso entre povos de origens distintas, envolvidos em processos migratórios, de fusão, de guerras ou alianças, fazendo com que ao longo dos séculos as fronteiras entre esses grupos se redefiníssem constantemente.

Os indígenas do Oiapoque se auto-identificam como distintos entre si, pelas características históricas e culturais diferenciadas. Por outro lado, possuem muitos traços comuns, tanto em relação ao seu modo de vida quanto ao processo de luta pelo reconhecimento de seus direitos. Conforme Tassinari (2003) o povo Karipuna tem sua história ligada a união de famílias indígenas com famílias do salgado paraense, que migraram para a região do rio Curipi e baixo curso do Oiapoque, permanecendo em uma situação de relativo isolamento. Esse povo fala o patuá, língua crioula da Guiana Francesa e praticam tanto festas católicas quanto festas indígenas, como o Turé. Gallois e Grupione (2003) esclarecem que as primeiras famílias que chegaram ao rio Curipi, no final do século XIX já se autodenominavam Karipuna.

Os Galibi-Marworno, segundo Gallois e Ricardo (1983) possuem sua origem na fusão de diferentes povos indígenas, como os Aruã, Maraon, Karipuna, Galibi e inclusive não-índios. Também são falantes do patuá, que substituiu as línguas originais, das quais restaram umas poucas palavras que são usadas no dia-a-dia e em cantos rituais. Gallois e Grupioni (2003) apontam que essa denominação por uma parcela dos indígenas do Oiapoque é recente, mais exatamente do final da década de 1940, quando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) começou a

atuar na região, identificando as famílias que habitavam as ilhas do alto rio Uaçá como sendo de origem Galibi. Essas famílias até então se denominavam como “gente do Uaçá” e tinham consciência de sua origem diversa, incluindo descendentes dos povos Caribe e Aruaque, quais sejam, Galibi, Maruane e Aruã.

O grupo Palikur pertence ao grupo lingüístico Aruak e ainda hoje mantém sua língua (GALLOIS; RICARDO, 1983). Há relatos que afirmam que os Palikur já eram habitantes da região no início da colonização. Gallois e Grupioni (2003) afirmam que:

Existem registros muito antigos sobre esta população que em 1513 aparece mencionada nos relatos do navegador espanhol Vicente Yanes Pinzon sob o nome *Parikura*, e ao longo dos séculos seguintes, aparece em outros escritos históricos e etnológicos, sendo referida diversamente por nomes como *Pariucur*, *Paricurene*, *Paricour*, *Pariucour*, *Palicours* (p.15).

Existem Palikur que vivem na Guiana Francesa, em que há uma relação de troca intensa entre eles e os Palikur que vivem no Brasil. Há mais de trinta anos os Palikur adotaram a religião pentecostal.

Os Galibi do Oiapoque estão presentes exclusivamente na aldeia Galibi. São provenientes do rio Maná, no litoral da Guiana Francesa, tendo migrado para o Brasil na década de 1950. Gallois e Grupioni (2003) esclarecem que “na Guiana Francesa, definiam-se como *Kali’na* ou *Galibi*, e no Brasil, a medida que se estabeleceram no baixo rio Oiapoque, tornaram-se conhecidos como ‘Galibi do Oiapoque’” (p. 16). A aldeia vem passando por um processo de redução de seus ocupantes.

Nas quatro etnias as casas são na grande maioria de madeira, com telhados de palha ou zinco. Mas já se encontram um bom número de casas de alvenaria. Geralmente são voltadas para o rio ou campos alagados, ou, ainda, para a estrada – é o caso das aldeias que margeiam a BR-156. Organizam-se geralmente em forma de ruas. As construções públicas - escolas, postos de saúde e posto da FUNAI - geralmente estão agrupadas, podendo estar em pontos relativamente isolados do resto da aldeia.

As atividades voltadas para a subsistência dos povos indígenas do Oiapoque seguem o calendário climático da região, com um período seco - julho a novembro - e outro chuvoso - dezembro a junho. A cultura da mandioca, a produção da farinha, além de seus derivados (como o tucupí) é difundida nas três Terras Indígenas. O trabalho na roça é feito no sistema de “corte e queima”, baseando-se no esquema do trabalho em mutirão ou comunitário

(*maiuhi*). Cada família é dona de sua própria roça, possuindo canais próprios de comercialização. A base alimentar dos povos indígenas do Oiapoque encontra-se no consumo da farinha de mandioca, peixe e caça.

A fonte principal de renda é a comercialização da farinha de mandioca. Algumas aldeias comercializam também frutos nativos (como açaí) ou frutas cultivadas (banana e cupuaçu). São também comercializados artefatos indígenas produzidos com sementes, miçangas, bambu, madeira e cerâmica. A comercialização é feita principalmente no município do Oiapoque e em Saint George, na Guiana Francesa. Neste local os produtos são vendidos em Euro. A comercialização do pescado e da caça é proibida por leis internas feitas pelas lideranças indígenas, havendo punições para àqueles que transgridem essa norma.

Atualmente, muitos indígenas são funcionários públicos e estão em cargos como: agente de saneamento indígena, professor, diretor de escola, agente de saúde e funcionários da FUNAI. Cada aldeia possui um representante frente às instâncias de decisões internas e externas, que é o cacique. Existe a realização de dois tipos de assembleias a cada um ou dois anos, organizadas pela APIO em parceria com a FUNAI do Oiapoque. Essas assembleias são as instâncias máximas de tomada de decisões pelos povos indígenas, nas quais cada cacique possui direito a voto. A Assembleia Geral é aberta a parceiros, Organizações Não Governamentais (ONGs) e todo tipo de instituição que desenvolva ações de saúde e educação nas Terras Indígenas. Porém, a Assembleia de Avaliação é fechada, sendo permitida a presença apenas de indígenas locais.

Com o objetivo de representar os povos indígenas do Oiapoque e atuar na luta pelos direitos desses povos foram criadas várias organizações indígenas no estado do Amapá, tais como: APIO (Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque), AGM (Associação Galibi-Marworno), OPIMO (Organização dos Professores Indígenas do Oiapoque) e a CPIO (Comissão dos Povos Indígenas do Oiapoque).

Existem vários órgãos governamentais que tratam diretamente da questão indígena, como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), a SEMAI (Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas) e a SEPI (Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Governo do Estado do Amapá). No campo da educação destacamos o NEI (Núcleo de Educação Indígena), ligado a Secretaria Estadual de Educação e a UNIFAP (Universidade Federal do Amapá) que oferece um curso de Licenciatura Intercultural Indígena. No setor da saúde destacamos a



FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), que comporta um setor responsável pela saúde indígena, ao qual está ligada a CASAI (Casa de Saúde Indígena) e, finalmente, o Museu Kuahí. Há também entidades não governamentais como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Todos esses órgãos lidam com a questão indígena no Oiapoque.

A partir dos anos 1990, as lideranças indígenas assumiram, cada vez mais, a luta em defesa de seus direitos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 se tornou necessário a revisão das leis que regulam os interesses dos índios - é o caso do Estatuto do Índio que mantém os dispositivos válidos naquilo que não contradigam a Constituição.

A Constituição Federal de 1988 assegurou importantes direitos aos povos indígenas, como o direito a terra que tradicionalmente ocupam, o respeito às diferenças culturais e lingüísticas, a consulta obrigatória desses povos quanto ao aproveitamento de recursos hídricos e minerais em suas terras. Além disso, a Constituição reconheceu o direito da existência dos povos indígenas e a necessidade de se definir as condições para a sua reprodução e continuidade, não havendo mais referência a incorporação dos povos indígenas a comunidade nacional.

## **A HISTÓRIA PRESENTE DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Para Souza Filho (2005) não basta a elaboração de leis apropriadas para resolver os problemas dos povos indígenas. É necessário acabar com a distância entre o que as leis determinam e a execução de políticas, de acordo com essas mesmas leis e a aplicação judicial para a solução de conflitos. Percebe-se pelas entrevistas - com os representantes das organizações indígenas do Oiapoque, bem como, com os representantes indígenas que atuam nos vários órgãos estatais, sejam municipais, estaduais e federais - que os problemas enfrentados pelas populações indígenas, cotidianamente, não se encerraram com a promulgação da Constituição de 1988.

Com essa concepção a proposta de pesquisa procurou discutir os problemas atuais enfrentados pelas populações indígenas do município do Oiapoque, no sentido de analisar as representações engendradas pelas etnias Galibi do Oiapoque, Karipuna, Galibi Marworno e Palikur, bem como as representações construídas pelo Estado quanto a esses problemas, apontando para a questão da luta de representações.

Os problemas que os indígenas vêm enfrentando no município do Oiapoque podem ser classificados nas seguintes categorias que dizem respeito à representação: a educação;  
**PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, N° 2. Dez. 2009**

a saúde; a demarcação e invasão das terras indígenas; a biodiversidade, conhecimentos tradicionais; propriedade intelectual; ao desenvolvimento de projetos econômicos; a questão religiosa; a preservação do patrimônio; a passagem da linha de transmissão da ELETRONORTE; ao asfaltamento da BR 156; ao corredor da biodiversidade; a tutela e a relação entre as organizações e entre os órgãos que atuam na questão indígena.

Um dos principais problemas para as organizações indígenas do Oiapoque diz respeito à inadimplência quanto a prestações de contas com relação aos convênios estabelecidos e ao mau gerenciamento desses recursos. Recentemente a falta de prestação de contas pelas organizações, principalmente da APIO e da Associação Galibi-Marworno (AGM) levou ao bloqueio dessas contas, impossibilitando às organizações de receberem novos recursos e dificultando, assim, seu funcionamento e o cumprimento de seus objetivos.

Esse fato encaminha a outro problema: a falta de capacitação das lideranças para o gerenciamento das verbas. Contudo, observa-se que as lideranças e as organizações indígenas vêm procurando cumprir seu papel, principalmente quanto à representação dos povos indígenas do Oiapoque na luta pelos seus direitos, demonstrando capacidade de resistência e de apropriação de novos conhecimentos necessários à situação atual de contato com a população envolvente.

As lideranças indígenas de base - as tradicionais, como os caciques - têm clara a necessidade de participação política na resolução de seus problemas, daí indicarem a necessidade de maior participação na gestão da APIO, por meio de um envolvimento maior das quatro etnias nas tomadas de decisões. As lideranças, em suas representações, evidenciam a necessidade de uma gestão mais participativa e descentralizada da APIO, para que seja garantida maior transparência em suas ações. Indicam também a necessidade da APIO ter um contato mais próximo com a base, para estimular a participação das comunidades indígenas do Oiapoque.

Os representantes do Estado ligados aos órgãos que atuam junto ao grupo indígena no município do Oiapoque e em Macapá são, em sua totalidade, indígenas que procuram atuar no sentido de respeitar os direitos das etnias pesquisadas. Com as entrevistas foi possível observar que há uma aproximação bastante grande entre a FUNAI-Oiapoque com os povos indígenas desse município, no sentido de tentar atender as suas necessidades e garantir seus direitos. Apesar da ambigüidade que possa existir nas ações da Fundação, pois a diretora representa por um lado os interesses do Estado, mas como indígena, representa também os interesses de seu povo.

A representação do secretário em exercício da SEPI deixa explícito que há um reconhecimento pelo Estado da importância da questão indígena e da necessidade de se implementar políticas públicas de interesse dessa população, principalmente no campo da educação, da saúde e do desenvolvimento de projetos econômicos ecologicamente sustentáveis. Por outro lado, as representações engendradas pelas organizações indígenas e pelos próprios órgãos estatais, evidenciam que a execução dessas políticas públicas não estão desenvolvidas a contento, devido aos problemas enfrentados pelas comunidades indígenas em vários setores.

No campo da educação ficou evidente que a política educacional indígena no estado do Amapá foi pensada no sentido de valorizar os professores indígenas, a auto-afirmação de suas identidades. No entanto, os problemas que a educação indígena enfrenta não dizem respeito à legislação e nem é apropriada às necessidades dos povos indígenas. O problema encontra-se, exatamente, na transformação da letra da lei em realidade.

Os principais problemas da educação indígena no Oiapoque hoje, segundo as várias representações engendradas tanto pelas organizações indígenas, como pelos representantes estatais referem-se: aos problemas no funcionamento do Sistema Organizacional Modular de Ensino (SOME); a presença de professores não indígenas atuando nas comunidades de 5ª a 8ª séries e ensino médio; a falta de capacitação dos professores não índios, como também dos professores indígenas; rotatividade dos professores; falta de estrutura física das escolas; inadimplência dos caixas escolares; falta de um acompanhamento maior da educação escolar indígena pela SEED e falta de um apoio maior da SEED no desenvolvimento do currículo e na preparação de material didático, cujo apoio maior, até agora, foi dado pelo CIMI.

Dentre esses problemas é importante destacar os que envolvem o ensino modular de 5ª a 8ª séries, o SOME, que é desenvolvido por professores não indígenas que, em sua maioria, não tem comprometimento com a educação escolar indígena; ministram conteúdos fora da realidade indígena na qual as escolas estão inseridas e provocam problemas relativos à choques culturais entre esses professores e seus alunos. Desta forma, essa educação não é nem bilíngüe, nem multicultural, pois os conteúdos ministrados não têm por base os conhecimentos tradicionais indígenas, mas apenas os conhecimentos acumulados pelos não índios.

Isso tudo aponta para outro problema indicado pelas organizações indígenas em suas representações: a capacitação dos professores. É impossível trabalhar dentro da filosofia da educação bilíngüe e multicultural e diferenciada sem que aconteça uma capacitação prévia, muito

bem estruturada e, também, continuada, tanto para os professores não índios como para os professores indígenas. Essa capacitação não acontece de forma satisfatória. E quando é feita, os cursos de capacitação oferecidos são desenvolvidos de forma muito apressada, o que não resolve, portanto, o problema da capacitação.

Na tentativa de resolver as demandas que o ensino modular vem apresentando foi proposta a criação do Sistema Organizacional Modular de Ensino Indígena (SOMEI). Sistema que conduz os professores não-índios a continuarem atuando ao lado de professores indígenas (sem curso superior, mas que atuam na área de cultura indígena e língua materna). Além disso, a criação do Curso Superior em Licenciatura Intercultural Indígena é apontada também pelas representações das organizações indígenas, principalmente pela OPIMO e pelo NEI como um fator importante para a resolução dos problemas da educação escolar indígena. O acesso dos povos indígenas ao terceiro grau terá um papel fundamental nos caminhos que a educação escolar indígena tomará no futuro, pois permitirá uma melhor formação dos professores indígenas.

Os indígenas percebem que, hoje, a educação não é uma arma de dominação dos não-índios sobre os índios, mas principalmente uma ferramenta importante na luta e na aquisição de conhecimentos necessários para atuarem na sociedade, levando em consideração o intenso contato entre essa população e a sociedade envolvente. Fica evidente que, ainda, há um longo caminho pela frente para a efetiva implantação de uma escola indígena diferenciada, multicultural e bilíngüe, pois a escola que hoje os indígenas têm acesso no ensino fundamental de 5ª a 8ª séries e ensino médio ainda não está pautada em uma metodologia específica que atenda as necessidades e modos de aprender próprio dos indígenas. Dessa forma, a reivindicação por uma educação diferenciada continua a ser uma pauta do movimento indígena do Oiapoque.

No campo da saúde o principal problema que os povos indígenas vem enfrentando está relacionado diretamente a não implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) no Oiapoque, impedindo assim um atendimento à saúde integral e diferenciado aos povos indígenas por parte da FUNASA. Existem dificuldades quanto às práticas de saúde tradicionais indígenas, ligadas ao pajé, que se chocam com a prática da medicina ocidental. Ligados a esse problema central, por meio das representações engendradas pelas organizações indígenas e pelos representantes do Estado, outros são destacados, tais como: ausência de estrutura física dos postos, falta de medicamentos, ausência de profissionais de saúde qualificados, alta rotatividade

dos recursos humanos, alto índice de doenças como a malária, diabetes, hipertensão, falta de tratamento odontológico e ausência de saneamento básico nas aldeias.

A questão da rotatividade dos funcionários coloca em pauta a questão da qualificação, pois evidencia que não há capacitação adequada para se trabalhar com a saúde indígena diferenciada. Existe, assim, a necessidade de se formar mais técnicos de enfermagem e agentes de saúde indígenas para atuarem junto a essa população, no sentido de diminuir o choque cultural no campo da saúde e da medicina.

As representações das organizações dos povos indígenas do Oiapoque, pela diretora da FUNAI-Oiapoque, pelo presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena e pelo Secretário em exercício da SEPI, dão conta de que a FUNASA enfrenta dificuldades em prestar atendimento a saúde desses povos, evidenciando uma situação de abandono e descaso ao atendimento a população indígena. Ao se atentar para o que é colocado pela Lei 9836/99 que determina o modelo de atendimento à saúde indígena como aquele que “deve ser pautado por uma abordagem diferenciada e global, contemplando aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio-ambiente (...), educação sanitária e integração institucional” e, tendo por base que o DSEI não foi implantado no Oiapoque, é possível afirmar que o Estado não está cumprindo seu papel com relação à saúde dos povos indígenas, agindo às margens da lei, pois os serviços de saúde disponibilizados aos indígenas não levam em consideração as especificidades culturais desses povos. Com isso, o modelo de atendimento à saúde indígena, na lei, é muito bom, no entanto, não está sendo colocado em prática no município do Oiapoque. Assim, por um lado, há uma legislação muito bem pensada, no sentido de atender aos interesses indígenas, e por outro, existe seu descumprimento pelo próprio Estado, prejudicando, dessa forma, o atendimento médico-sanitário aos indígenas.

Conforme as entrevistas concedidas pelos representantes indígenas da APIO e da AGM sobre a demarcação e invasão das terras indígenas do Oiapoque, ficou evidente que essas terras já foram demarcadas e homologadas. Fato importante, por um lado, para assegurar a proteção dos limites dessas terras e, por outro, para a sobrevivência física e cultural desses povos, pois o direito a terra assegura, além de sua subsistência, também, o espaço necessário para o desenvolvimento de suas tradições.

Os povos indígenas do Oiapoque praticamente não enfrentam grandes problemas quanto à invasão de suas terras. Os indígenas afirmam que algumas invasões são pontuais e

referem-se, principalmente, à extração de madeira, a colheita de frutas e de pescado. No entanto, demonstram grande preocupação com a pavimentação da BR 156 e com a passagem da linha de transmissão por suas terras, devido ao crescimento populacional acelerado na região e pela possibilidade de invasão das terras indígenas pela população desocupada.

Em relação à apropriação indevida da biodiversidade, conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual os representantes das organizações indígenas desconhecem a sua ocorrência. Contudo, enfatizam que a comunidade tem uma grande preocupação quanto ao desenvolvimento de trabalhos científicos em suas terras. No entanto, a professora Sandra Monteiro, da UNIFAP, destacou a existência de vários trabalhos publicados, nos quais há informações de cunho tradicional sobre o modo de vida dessas populações, sem que, no entanto, os indígenas tivessem acesso aos benefícios monetários dessas publicações. Em conversas informais com os alunos do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Indígena, foram indicadas várias informações incorretas em algumas obras conhecidas por eles. Inclusive alguns deles pretendem rever essas publicações para escreverem a história dos conhecimentos tradicionais de suas comunidades.

Quanto a questão da produção econômica e escoação de mercadorias observou-se pelas entrevistas - com APIO, FUNAI, Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas do Oiapoque e Secretaria Estadual Extraordinária dos Povos Indígenas - que um dos problemas enfrentados pelos indígenas do Oiapoque relaciona-se a escoação e falta de lugar apropriado para a venda dos produtos. Produtos como caça e pescado não são comercializados pelos povos indígenas do Oiapoque devido a sua diminuição, principalmente a caça. A comercialização dos produtos é feita apenas dentro das aldeias e entre os próprios índios. Portanto, os povos indígenas do Oiapoque vem procurando utilizar seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais, de forma que não comprometa a sustentabilidade ambiental de suas comunidades.

Outro problema, bem mais sério, diz respeito à efetivação de projetos econômicos sustentáveis nas áreas indígenas. Alguns projetos são apenas iniciados, sem continuidade, como os projetos relacionados ao manejo da andiroba e do jacaré. Esse fato prejudica o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dessas populações, já que poderiam reproduzir sua vida econômica a partir do conceito de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, seria interessante que os povos indígenas do município do Oiapoque consolidassem parcerias com ONGs, com a FUNAI e com a UNIFAP para o desenvolvimento de projetos que pudessem

concorrer ao PDPI, que visa custear projetos de sustentabilidade para os povos indígenas. Fortalecendo, assim, o protagonismo indígena, na medida em que ocorra participação direta na construção de projetos de seus interesses e que os afetam diretamente.

Em relação à penetração das religiões cristãs em suas comunidades, observou-se que em alguns momentos os grupos indígenas foram levados a confrontos e em outros casos existem ações mais compartilhadas entre a religião tradicional indígena e a cristã. O CIMI procura desenvolver uma atividade pastoral mais calcada no respeito à cultura indígena, com uma visão de que Deus age em todos os povos, independente da religião e que cada povo tem seu caminho de salvação, assumindo uma teologia índia. As religiões protestantes se encaminham para uma prática calcada no ensinamento do evangelho e em uma postura aculturativa que fez com que algumas aldeias acreditassem que suas práticas religiosas tradicionais fossem “coisa do diabo”, culminando com a morte de um pajé há alguns anos atrás.

No momento, em algumas aldeias, como no Kumarumã, está se desenvolvendo uma doença de caráter psíquico, principalmente entre os jovens. Doença que ainda não foi diagnosticada pela medicina. Contudo, há indício de que essa doença se manifeste em função do choque entre a cultura religiosa indígena e algumas religiões protestantes. Talvez porque essas religiões coloquem para os indígenas a visão de que “tudo é pecado” ou “tudo é coisa do diabo”.

A penetração do cristianismo entre os indígenas tem provocado também outros problemas, pois tem acirrado disputas no campo religioso entre diferentes aldeias, bem como criando verdadeiras lideranças paralelas em algumas comunidades. Apesar de tudo isso, a religião tradicional, ligada ao pajé, não morreu. Ainda é grande o número de indígenas - mesmo aqueles que se converteram ao cristianismo - que buscam apoio para resolver problemas - seja de cunho espiritual ou físico - por meio do pajé.

A preservação do patrimônio material e imaterial é uma questão que vem preocupando os povos indígenas do Oiapoque. Nesse sentido foi inaugurado em 2007 o Museu Kuahí, cujo diretor é indígena da etnia karipuna. O Museu tem por objetivo “dar visibilidade à diversidade sócio-cultural dos povos indígenas do Oiapoque – das etnias Galibi-kali’na, Galibi-Marworno, Karipuna e Palikur – e promover a igualdade cultural entre a população do Município do Oiapoque”. O Kuahí tem um papel importante em relação ao fortalecimento e preservação do patrimônio indígena; possui duas coleções etnográficas, além de desenvolver projetos de âmbito cultural no sentido de estimular a reflexão sobre a importância das culturas indígenas do

Oiapoque. As ações do Museu na valorização e fortalecimento da cultura indígena, juntamente com as atividades de pesquisa e extensão ligadas ao Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, que ainda estão sendo delineadas, poderão contribuir para o fortalecimento da identidade e da visibilidade da cultura indígena.

No momento há dois projetos de desenvolvimento de interesse do Estado que atravessam as terras indígenas do Oiapoque, um deles é a passagem da linha de transmissão da ELETRONORTE e, o outro, é o asfaltamento da BR 156. A Constituição Federal em seu parágrafo 6º do artigo 231 estabelece que são nulos e extintos quaisquer atos que visem a posse, a ocupação ou o domínio das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

Diante do que prevê a Constituição Federal - que os indígenas tem o usufruto exclusivo das terras que tradicionalmente ocupam e tem o direito a uma compensação por concederem a terceiros a ocupação de parte dessas terras - os indígenas do Oiapoque tem o direito a compensações e mitigações pela perda ou restrição do uso naqueles trechos. As medidas mitigadoras dizem respeito a que os projetos sejam desenvolvidos com o mínimo de dano para as comunidades e para a natureza e as compensatórias seriam aquelas desenvolvidas em função dos impactos ambientais e sociais que possam advir com esses projetos. Com relação à passagem da linha de transmissão, segundo as organizações indígenas e a própria FUNAI, até o momento as negociações estavam se desenvolvendo de forma tranqüila e respeitosa.

As medidas mitigadoras e compensatórias se dividem em medidas de curto, médio e longo prazo, segundo o documento “Estudos Etnoecológicos nas Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã”. A medida de longo prazo seria a criação de um Fundo de Desenvolvimento dos Povos Indígenas do Oiapoque (FDPIO) e as medidas de médio e curto prazo dizem respeito aos impactos ambientais e socioeconômicos, divididas em quatro subprogramas: 1) segurança e proteção territorial; 2) fortalecimento institucional; 3) desenvolvimento sustentável; 4) energia 24h horas nas aldeias.

Percebe-se, portanto, que as organizações indígenas, especialmente a APIO tem conhecimento do Estudo Etnoecológico produzido por Vidal e Giannini (2005) e com base nesse estudo estabeleceram as propostas de mitigações e compensações pela passagem da linha de transmissão da ELETRONORTE pela Terra Indígena Uaçá. A APIO juntamente com a FUNAI-Oiapoque vem lutando para que os direitos dos indígenas sejam garantidos e respeitados.



As discussões e encaminhamento sobre o asfaltamento da BR 156 não ocorreram de forma amistosa e transparente, como vinha ocorrendo com as discussões em torno da passagem da linha de transmissão da ELETRONORTE pela terra indígena Uaçá. O processo de discussão e as medidas implementadas para a pavimentação da BR 156 foi feito de forma atropelada, sem respeitar os passos necessários para a efetivação do empreendimento, desrespeitando os direitos indígenas, o que os levou a buscarem o apoio da FUNAI-Oiapoque e do Ministério Público.

Até o momento não foi desenvolvido o estudo etnoecológico que deveria ser o documento base para a solicitação das medidas de mitigação e compensação. Contudo, os povos indígenas do Oiapoque se mobilizaram para discutir quais seriam as propostas para as mitigações e compensações que iriam solicitar pelo asfaltamento da BR 156 que cruza as suas terras. No I Fórum Socioambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque foram indicados como programas e projetos compensatórios, ações nas áreas de fiscalização das terras indígenas e monitoramento ambiental; alternativas sustentáveis de produção para as comunidades indígenas; um programa de formação e capacitação para essas comunidades, de modo a prepará-las para a auto-gestão e ações na área de educação escolar indígena e de comunicação.

Outra pauta importante dos povos indígenas do Oiapoque no momento é a discussão quanto à criação de uma nova terra indígena que envolve o Corredor da Biodiversidade. Essa nova terra indígena faria a ligação entre as terras indígenas do Oiapoque e o Parque do Tumucumaque. Segundo os povos indígenas essa terra era moradia de seus antepassados, cuja criação seria primordial para a sobrevivência futura dos povos indígenas do Oiapoque, devido o aumento de sua população, a maior parte das terras indígenas do Oiapoque serem alagadas e o fluxo de caça estar diminuindo. Portanto, interessa as comunidades indígenas que se considere na delimitação dessa nova terra os seguintes benefícios: incluir as cabeceiras dos igarapés que deságuam nos rios que se encontram dentro das terras indígenas; a garantia da caça e preservação dos recursos naturais, incluir as terras que podem favorecer a invasão e conectar as terras indígenas do Oiapoque com o Parque do Tumucumaque de modo a criar uma grande área de preservação ambiental.

A questão da tutela é outro problema sinalizado pelos povos indígenas do Oiapoque. Assunto bastante controvertido, o conceito de tutela envolve a questão da capacidade civil, que pelo antigo Código Civil, que vigorou até 2001, os povos indígenas eram tratados como

“relativamente incapazes para o exercício de determinados atos da vida civil” (artigo 6), devido a isso, necessitariam de um estatuto jurídico especial. A partir da promulgação da Constituição de 1988, foi determinado que a União protege os direitos indígenas, mas não regulamenta o estatuto da tutela por afirmar em seu artigo 232 que “os índios, suas comunidades e organizações, são parte legítima para ingressar em juízo, em defesa de seus interesses.”

Pela análise das representações dos entrevistados, percebe-se a verbalização das concepções que os indígenas têm com relação à tutela. A representação da maioria, seja dos indígenas, seja dos representantes do Estado, é que a tutela é ainda necessária para aqueles indígenas com pouco contato com a população não índia, mas totalmente desnecessária para os indígenas com mais contato, como os Karipuna, já que estes têm condições de se auto-representarem, que não são incapazes. Portanto, há uma compreensão de que a tutela envolve o conceito de incapacidade civil. O fim da tutela, ou a sua reestruturação, dessa forma, continua colocando a necessidade de um tratamento diferenciado aos indígenas, devido às suas peculiaridades culturais, estabelecendo vários mecanismos de proteção no que concerne às relações dos mesmos com particulares e com o próprio Estado. Portanto, é necessária uma nova forma de proteção ou tutela. Isso pressupõe a criação de estratégias capazes de garantir os direitos desses povos e sua autonomia na gestão de sua vida social e econômica, impedindo que tanto o Estado, como particulares, violem tais direitos.

## CONCLUSÃO

O estudo das representações sociais é um elemento importante para o campo da história do tempo presente, pois enfoca exatamente a capacidade do homem representar o mundo em que vive. Assim, a partir da história oral, foi possível analisar as representações construídas pelas organizações indígenas e pelo próprio Estado sobre os problemas que os povos indígenas do Oiapoque enfrentam, bem como as possíveis soluções para alguns deles.

As representações sociais construídas por meio da história oral denotam que, tanto os povos indígenas como seus representantes estatais, têm claro que o Brasil começa o século XXI com uma legislação indígena, em suas linhas gerais, avançada, contudo, os efeitos são ainda tímidos no panorama atual das comunidades indígenas. A partir dos direitos adquiridos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os povos indígenas compreendem e avaliam

seus problemas cotidianos e isso ficam evidentes nas representações emitidas através das entrevistas dos diversos atores que lidam com a população indígena do Oiapoque.

Como os indígenas estão à frente tanto de suas organizações, como dos principais órgãos públicos, municipais, estaduais e federais, que tratam da questão dos índios no Oiapoque, as suas representações muitas vezes são próximas. Assim, as lutas de representações - importantes para compreender como um grupo tenta impor sua concepção de mundo e seus valores - são pontuais. Nesse sentido as representações sociais engendradas pelas populações indígenas, através de seus representantes, permitem perceber suas visões de mundo e suas tomadas de posições. Portanto, conclui-se que há uma compreensão dos direitos indígenas e que a partir do conhecimento desses direitos os grupos indígenas lutam para que eles sejam respeitados e, muitas vezes, ainda, implantados.

As representações sociais das organizações indígenas do Oiapoque denotam a compreensão que eles têm dos problemas que os afligem, principalmente nos campos da saúde, da educação, da invasão de suas terras, da representatividade das organizações indígenas, do desenvolvimento de projetos econômicos e no campo das mitigações e compensações relacionadas ao asfaltamento da BR 156 e da passagem da linha de transmissão da ELETRONORTE por suas terras. Portanto, a partir dessas representações foi possível identificar como a realidade social dos povos indígenas do Oiapoque é pensada e construída e que tipo de práticas sociais são construídas para enfrentar os vários problemas colocados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, Jean-Claude. Abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D.C. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB, 1998, p. 27-38.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa/Difel: Rio de Janeiro/Bertrand, 1990.

GALLOIS, Dominique; GRUPIONI, Denise Fajardo. *Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?* São Paulo: Iepe, 2003.

GALLOIS, Dominique; RICARDO, Carlos Alberto (ed.). *Povos indígenas no Brasil: Amapá/Norte do Pará*. Volume 3, São Paulo: CEDI, 1987.

JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 43-62.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral. Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 33-47.

MEIHY, José Carlos S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos S. B. (org.). *(Re)introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *O renascer dos povos indígenas para o direito*. Curitiba: Juruá, 1998.

TASSINARI, Antonela M. I. *Contribuição à História e etnografia do Baixo Oiapoque: a composição das famílias e a estruturação das redes de troca*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 2003.

VIDAL, Lux B. *Povos indígenas no Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e arte de viver*. São Paulo: Museu do Índio/Iepé, 2001.

VIDAL, Lux; GIANNINI, Isabele Vidal. *Estudos Etnoecológicos nas Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã*. Estudo realizado no âmbito do processo de elaboração dos Estudos de Avaliação de Impacto Ambiental – EIA-RIMA da Linha de Transmissão Calçoene/Oiapoque - Eletronorte. Dezembro/2005.